



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

NOVEMBRO DE 2017

1



DESTAQUES ESTATÍSTICOS #11

Observatório das Migrações

O Observatório das Migrações (OM) está a dedicar o seu trabalho neste mês de novembro de 2017 ao tema dos **estudantes imigrantes em Portugal** para assinalar o [Dia Internacional do Estudante](#), 17 de novembro. Neste âmbito, sistematizam-se neste *Destaque Estatístico OM* dados internacionais e nacionais acerca do fluxo imigratório por razões de estudo, os seus impactos nos diferentes países da OCDE em termos do total de imigrantes e do total de estudantes do país, e os resultados comparados da performance escolar dos estudantes imigrantes e não imigrantes. A mais recente avaliação desenvolvida pela OCDE (de 2015) do *Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA)*, que afere o desempenho escolar das crianças - “não imigrantes” e “imigrantes” - com 15 anos de idade nas ciências, leitura e matemática, destaca especialmente Portugal como o país que mais reduziu a diferença de resultados dos dois grupos de alunos, controlando ou não os efeitos do contexto socioeconómico e da língua falada em casa. Neste destaque do OM analisam-se ainda outros dados administrativos de Portugal para os três níveis de ensino - o básico, o secundário e o superior -, considerando a evolução dos estudantes estrangeiros e, de forma comparada para os nacionais e os estrangeiros, as taxas de transição e conclusão de estudos em Portugal.

Continue a partilhar connosco as suas novidades académicas através do email om@acm.gov.pt e acompanhe-nos no sítio www.om.acm.gov.pt e na página do *Facebook* <https://www.facebook.com/observatoriodasmigracoes>

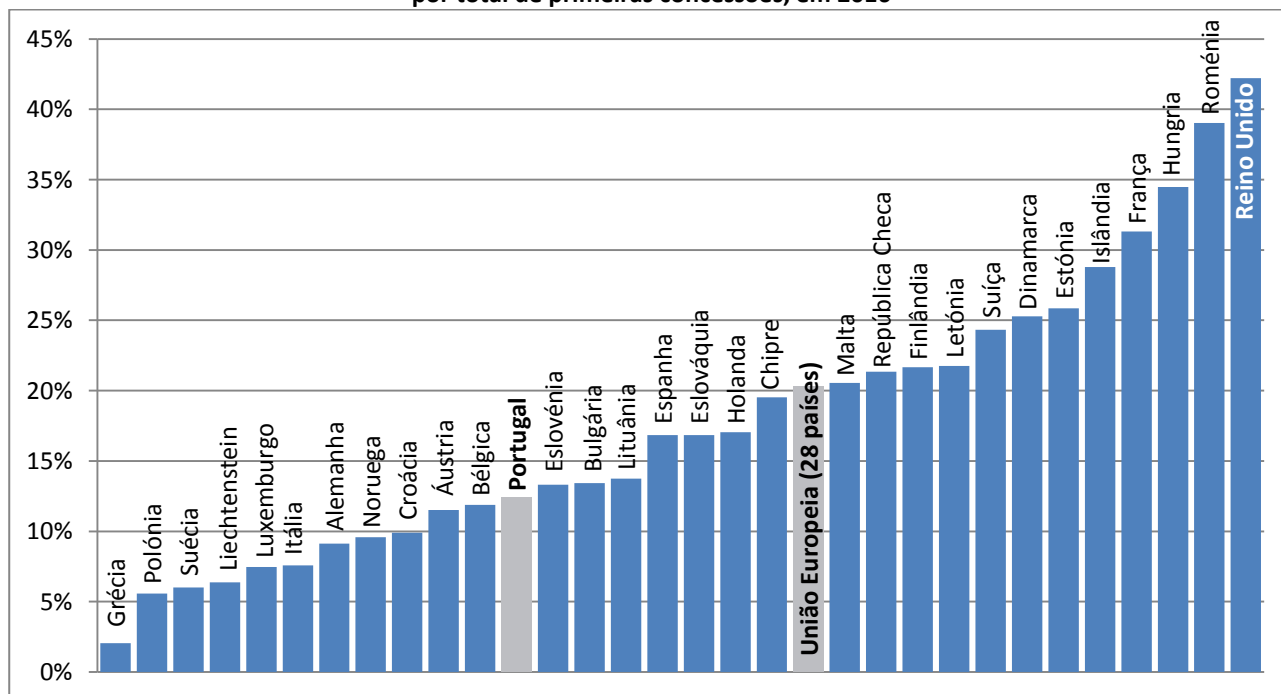


www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

Sabia que em 2016 o país da União Europeia com maior percentagem de primeiras concessões de autorizações de residência por razões educativas a estrangeiros foi o Reino Unido?

Nos últimos anos a entrada de estudantes estrangeiros nos diferentes países de acolhimento ganhou importância relativa nos fluxos de imigração. Segundo o EUROSTAT o país com maior afluência de imigrantes por razões educativas em 2016 foi o Reino Unido, totalizando as autorizações de residência para estudo 42% do total de primeiras concessões de autorizações de residência. Seguiam-se a Roménia e Hungria, com 39% e 34% dos respetivos totais de primeiras concessões de autorizações de residência. No extremo oposto da distribuição encontramos a Grécia, a Polónia e a Suécia, com apenas 2%, 6% e 6% de primeiras autorizações de residência por razões educativas, respetivamente. Em 2016 a média de primeiras autorizações de residência relacionadas com educação nos países da União Europeia foi de 20%, encontrando-se Portugal abaixo dessa média com 12% de primeiras autorizações de residência por razões educativas. Este valor de Portugal representa uma ligeira subida relativamente aos dois anos precedentes, mas fica bastante aquém dos 26% registados em 2012. Nessa ocasião, contrariando a queda das restantes autorizações de residência (nomeadamente por razões de trabalho), as primeiras autorizações por razões educativas foram 26% do total, situando-se nesse ano acima da média da União Europeia registada então (22%).

Percentagem de primeiras concessões de autorizações de residência* a estrangeiros por razões educativas, por total de primeiras concessões, em 2016**



Fonte: Eurostat (cálculos e tratamento gráfico da equipa do OM).

Notas: À data não se encontravam disponíveis dados para a Irlanda. / * É considerada uma primeira autorização de residência não apenas quando é concedida a alguém pela primeira vez, mas também se o tempo decorrido entre o término de uma autorização

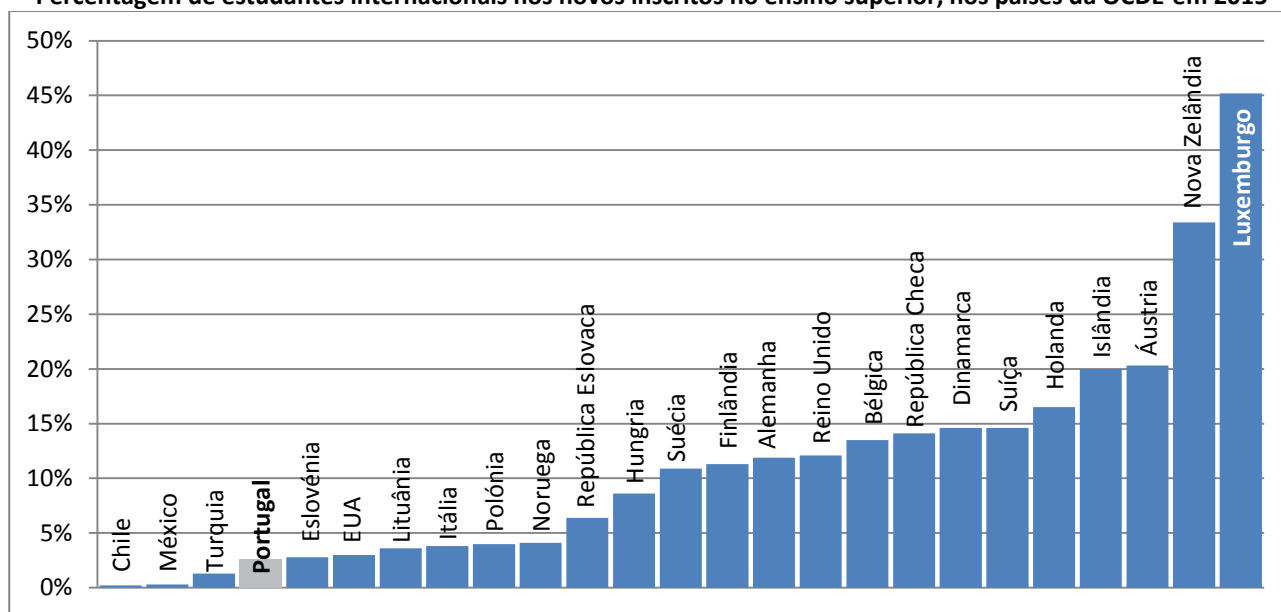


www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

anterior e o início da validade da nova autorização for de pelo menos três meses, independentemente do ano em que tenha sido emitida a autorização. / ** As razões educativas são uma das quatro categorias principais da tipologia de razões para a concessão de autorizações de residência, compreendendo duas subcategorias: o estudo e outras razões. O **estudo** reporta-se a pessoas admitidas num curso de ensino superior ou um programa de estudos (estudantes). A categoria **outras razões educativas** diz respeito a pessoas admitidas por razões educacionais que não são cobertas pela definição de estudante apresentada acima como, por exemplo, estagiários não remunerados e voluntários.

Novos dados disponibilizados pela OCDE permitem ainda identificar o **peso relativo dos estudantes estrangeiros no total de novos inscritos no ensino superior**. Observa-se que o país com maior percentagem de ingressos internacionais é o Luxemburgo, com 45%, seguido a alguma distância pela Nova Zelândia (33%), e depois pela Áustria (20%) e a Islândia (20%). O Chile (0%), o México (0%) e a Turquia (1%) são os países da OCDE com menor proporção de estudantes internacionais nos ingressos registados em 2015. Em Portugal o peso registado dos estudantes internacionais nos novos inscritos foi de 3%.

Percentagem de estudantes internacionais nos novos inscritos no ensino superior, nos países da OCDE em 2015



Fonte: OCDE.Stat (tratamento gráfico da equipa do OM).

Nota: Encontram-se representados apenas os países para os quais há dados disponíveis.

Para mais detalhes acerca destes dados consultar a [Coleção Imigração em Números](#) deste Observatório, nomeadamente o [Boletim Estatístico OM # 3](#) sobre “[Estudantes estrangeiros nos diferentes níveis de ensino](#)” (Gomes e Oliveira, 2017), e o [Relatório Estatístico Anual de 2017](#) (Oliveira e Gomes, 2017), cap. 5. Ainda relativamente a estes dados consultar também, no separador Estatísticas e Sensibilização, os [Posters Estatísticos](#).



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

Sabia que, segundo o PISA, Portugal foi o país no qual o desempenho dos estudantes imigrantes mais convergiu com os resultados dos estudantes não imigrantes entre 2006 e 2015?

4

No âmbito internacional, importa considerar os resultados do teste PISA (*Programme for International Student Assessment*), desenvolvido pela OCDE, com o intuito de avaliar a literacia de jovens de 15 anos nas áreas da Leitura, Ciências e Matemática, contribuindo assim para a recolha de informação sobre o desempenho dos sistemas educativos de diferentes países do mundo. Na edição mais recente, o PISA 2015, os alunos de Portugal melhoraram os resultados em todas as áreas (especialmente a Matemática e a Ciências), prosseguindo a tendência de evolução positiva que se verifica desde 2000 (a primeira edição do teste internacional PISA): os alunos de Portugal ficaram acima dos resultados da média dos países da OCDE em todos os domínios, alcançando a 17^ª posição a Ciências, a 18^ª em Leitura e a 22^ª a Matemática (entre os 35 países que integram a OCDE). **Relativamente aos alunos imigrantes, Portugal foi o país onde mais se reduziu a distância entre os resultados dos imigrantes e dos restantes alunos.**

Em 2006, data do último PISA focado na literacia científica, os estudantes imigrantes tinham um resultado, em média, inferior em 54,9 pontos ao dos colegas sem um percurso migratório. No PISA de 2015, esta diferença reduziu-se para 15,7 pontos, ou seja tornou-se cerca de um terço da média dos países da OCDE (43 pontos). Esta redução de 39,1 pontos na diferença entre os dois grupos de alunos é a maior de todas as registadas no estudo. Este resultado é obtido antes de serem controlados os efeitos da língua falada em casa e do contexto socioeconómico.

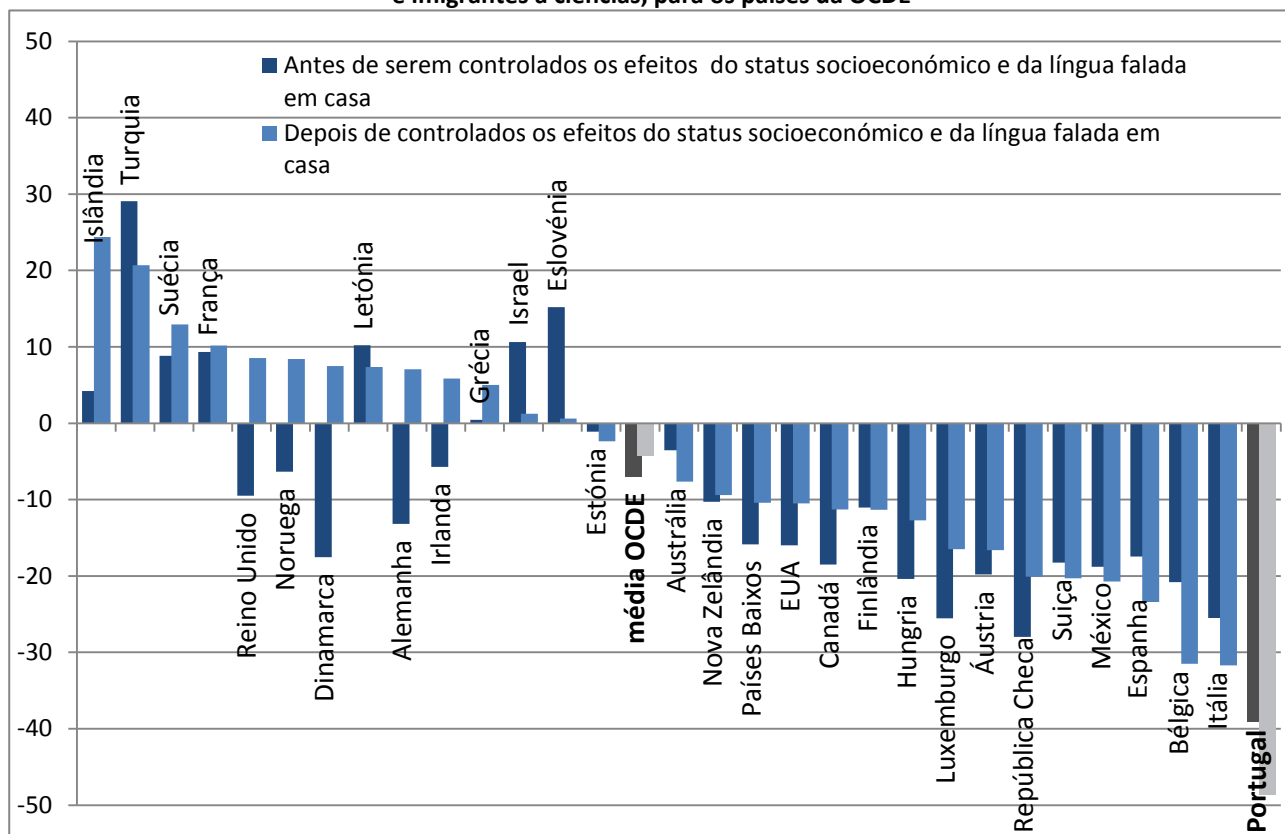
Quando controlados os efeitos do contexto socioeconómico e da língua falada em casa, no PISA de 2006, os estudantes imigrantes em Portugal apresentavam um resultado inferior aos colegas autóctones em 57 pontos. No PISA de 2015 esta diferença também se reduziu para 8,4 pontos, quando a média da OCDE se situava nos 18,9 pontos (portanto mais do dobro da diferença registada em Portugal). A redução neste caso foi de 48,6 pontos, representando também a maior redução dos países da OCDE quando controlados os efeitos do contexto socioeconómico e da língua falada em casa (ou seja, quando removidos estes efeitos do estatuto socioeconómico e da língua falada em casa). A redução da diferença entre imigrantes e não imigrantes, através do controlo dessas variáveis, sugere que os obstáculos a melhores desempenhos no PISA que permanecem entre os estudantes relativos às especificidades da sua condição de imigrantes diminuíram substantivamente (o que pode resultar de mudanças na própria composição dos fluxos e das suas características).

O PISA destaca ainda as evoluções da Itália e da Bélgica, cujas diferenças entre não imigrantes e imigrantes caem 25 e 21 pontos, respetivamente. Uma vez controladas as variáveis interferentes referidas, tanto a Itália como a Bélgica reduziram a desigualdade em 32 pontos.



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

Evolução, entre 2006 e 2015, do hiato entre o desempenho dos estudantes não imigrantes e imigrantes a ciências, para os países da OCDE



Fonte: PISA da OCDE (tratamento gráfico da equipa do OM).

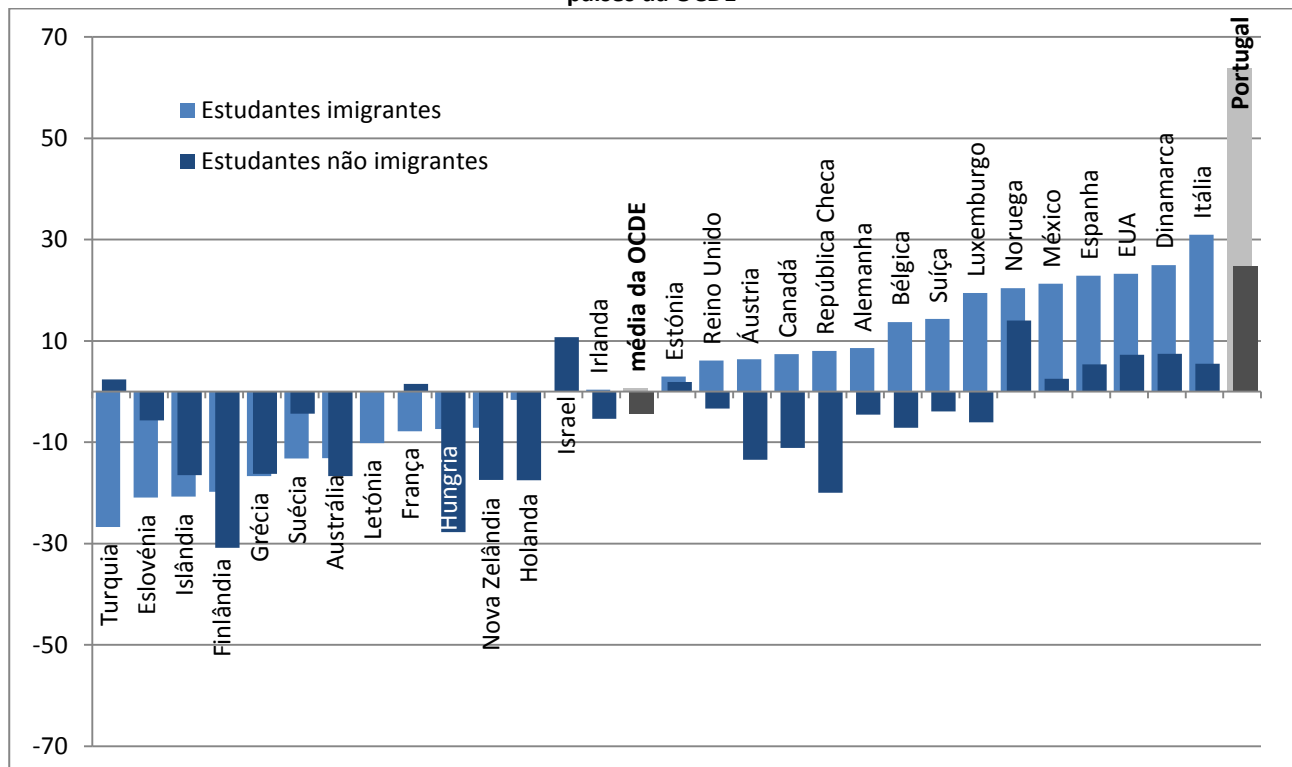
Nota: Os dados para Portugal e para a média da OCDE encontram-se representados em dois tons de cinzento (a cinza escuro os dados antes de serem controlados os efeitos do status socioeconómico e da língua falada em cada; a cinza mais claro os dados depois de controlados os efeitos do status socioeconómico e da língua falada em casa). No gráfico encontram-se apenas representados os países para os quais há dados disponíveis para as duas grandezas.

Portugal não apenas foi o contexto com a maior convergência de estudantes imigrantes e não imigrantes, sejam ou não controlados os efeitos do estatuto social, cultural e económico, e da língua falada em casa, registada entre 2006 e 2015, como essa convergência é notável por ter sido conseguida mediante melhorias de desempenho substantivas por parte de ambos os grupos. **Entre os países da OCDE para os quais há dados, Portugal regista as maiores melhorias de desempenho dos estudantes de ambos os grupos (64 nos imigrantes e 25 nos não imigrantes).** Estes valores superam claramente os outros países melhor colocados, quer no que diz respeito aos imigrantes (a Itália e a Dinamarca, com melhorias de 31 e 25 pontos, respetivamente), quer no que diz respeito aos não imigrantes (a Noruega e Israel, com melhorias de 14 e 11 pontos, respetivamente). Por contraste, há países onde se registou convergência, mas apenas devido à queda dos resultados dos não imigrantes, e outros onde o fosso até se alargou.



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

Evolução, entre 2006 e 2015, dos desempenhos dos estudantes não imigrantes e imigrantes a ciências no PISA nos países da OCDE



Fonte: PISA da OCDE (tratamento gráfico da equipa do OM).

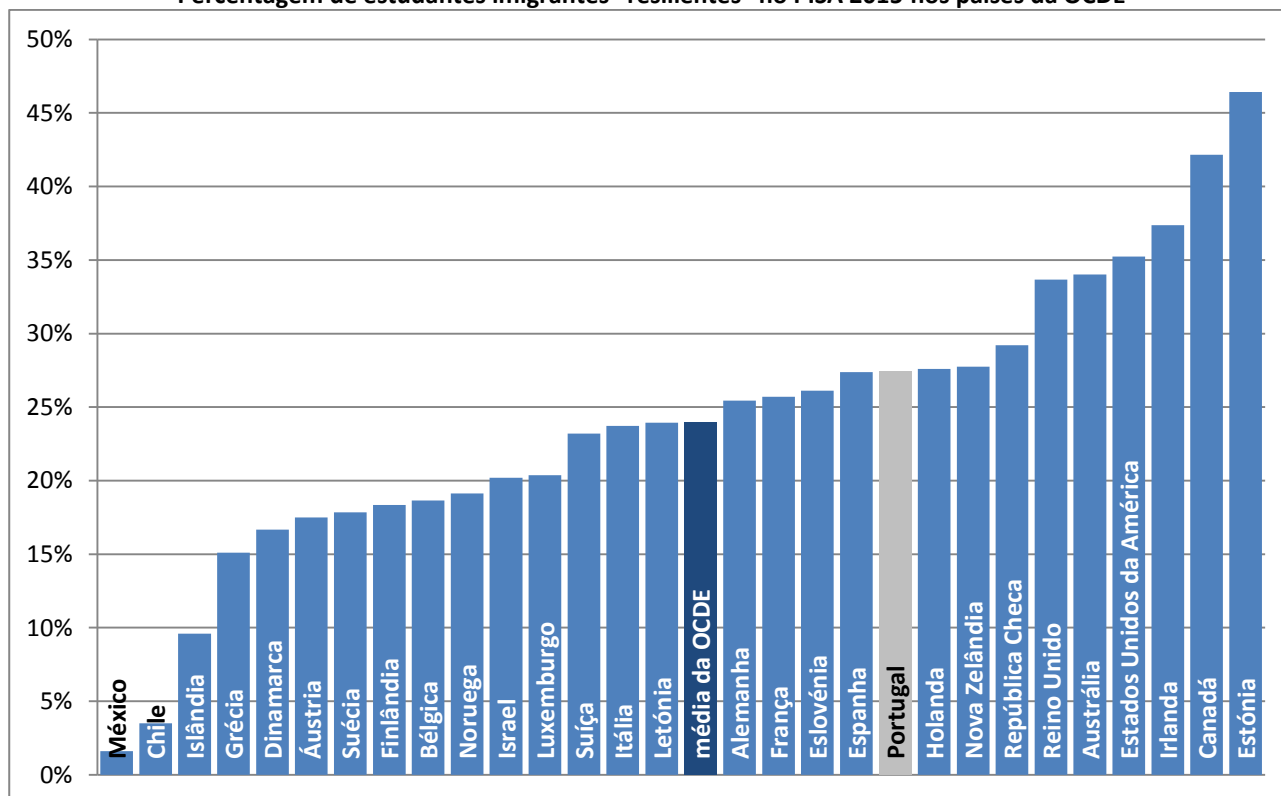
Nota: Os dados para Portugal e para a média da OCDE encontram-se representados em dois tons de cinzento (a cinza escuro os dados para os estudantes não imigrantes; a cinza mais claro os dados para os estudantes imigrantes). Encontram-se apenas representados os países para os quais há dados disponíveis para as duas grandezas.

O desempenho escolar encontra-se muito ligado ao estatuto socioeconómico das famílias dos estudantes. Contudo, há técnicas estatísticas que permitem deduzir o efeito desse fator sobre os resultados. No PISA 2015, 27% dos estudantes imigrantes socioeconomicamente mais desfavorecidos (quartil inferior) no contexto português conseguiram obter bons desempenhos (quartil superior), em termos de resultados internacionais (ajustados em função do estatuto socioeconómico) a ciências. Este valor, que o PISA designa por “resiliência”, é ligeiramente superior à média da OCDE (24%). Ou seja, **em Portugal a percentagem de estudantes imigrantes desfavorecidos que, uma vez controlada a influência dos fatores socioeconómicos, conseguiu ter bons resultados no PISA 2015 foi ligeiramente superior à média da OCDE.** Os países com maior percentagem de estudantes imigrantes “resilientes” no PISA 2015 são a Estónia (46%), o Canadá (42%) e a Irlanda (37%). Por sua vez, os países com menor percentagem de tais estudantes são o México (2%), o Chile (4%) e a Islândia (10%).



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

Percentagem de estudantes imigrantes “resilientes” no PISA 2015 nos países da OCDE



Fonte: [PISA](https://pisa.oecd.org/) da OCDE (tratamento gráfico da equipa do OM).

Nota: Encontram-se apenas representados os países para os quais há dados disponíveis.

Por outro lado, **Portugal é um dos países analisados no PISA 2015 com mais baixa *concentração escolar dos estudantes imigrantes***. Em Portugal bastaria que 6% do total de estudantes mudassem de escola para que todas as escolas tivessem a mesma percentagem de estudantes imigrantes e/ou equilibrassem a importância relativa de estudantes imigrantes no total de estudantes. Este valor, dito índice de concentração atual de imigrantes nas escolas, é ligeiramente mais favorável do que os registados na Itália (6%) e Eslovénia (7%), fica bastante aquém da média da OCDE (13%) e contrasta significativamente com os registados nos países com maior historial de imigração (e.g., 25% no Canadá, 19% nos Estados Unidos da América, 18% na Austrália).

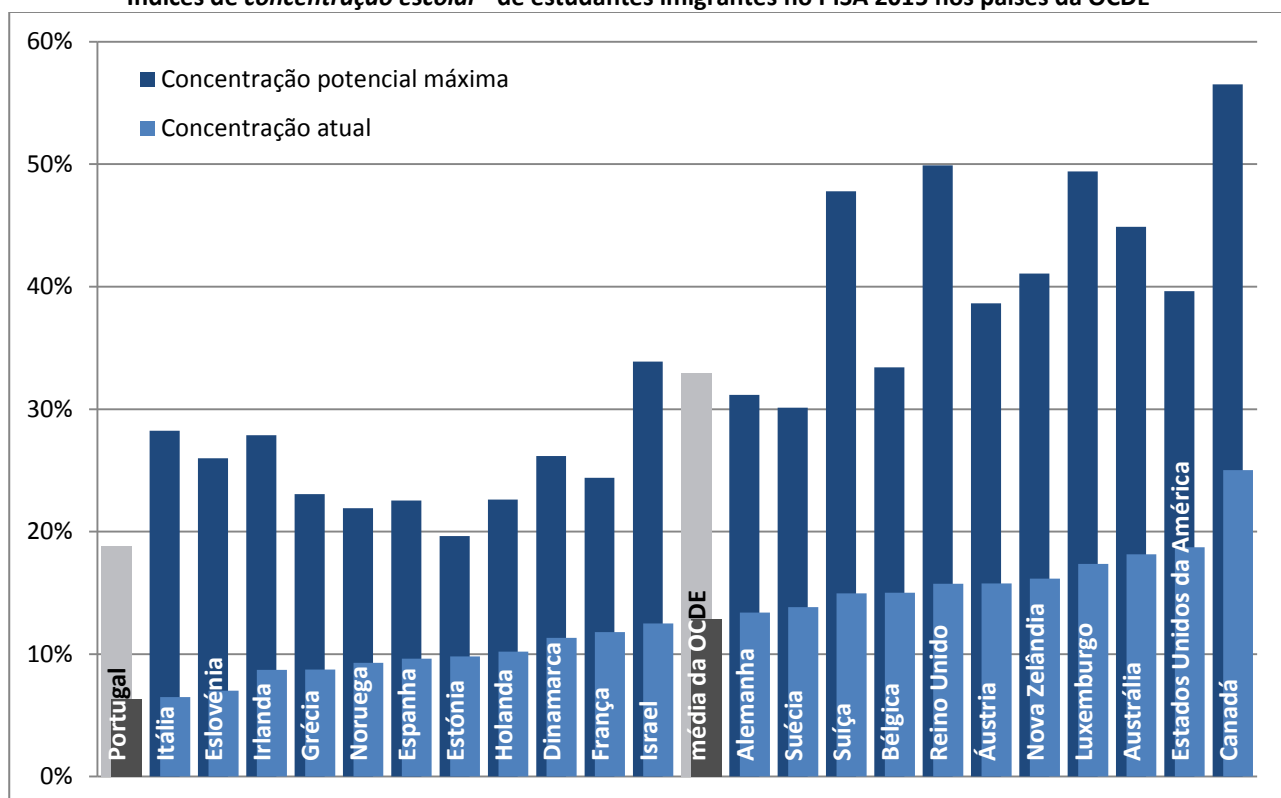
A grande diferença face aos países tradicionais de imigração deve-se, em parte, ao volume total de imigração e à dimensão e capacidade das escolas que aí existem. Atendendo a estas diferenças estruturais, a OCDE considera útil comparar o *índice de concentração atual de imigrantes* nas escolas com um outro, o *índice de concentração potencial máxima* de imigrantes nas escolas. Este representa a percentagem de estudantes que teriam de mudar de escola caso os estudantes imigrantes se encontrassem todos nas maiores escolas. Usando o segundo índice como referência, a OCDE observa uma diferença absoluta de 12 pontos percentuais entre as concentrações de estudantes imigrantes atual e potencial máxima em



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

Portugal. Deste modo, assumindo a relação de que o primeiro índice (concentração atual) assume o valor de menos de metade do valor do segundo índice (contração potencial máxima), pode aferir-se que Portugal se encontra numa das situações mais favoráveis no contexto da OCDE de melhor equilíbrio na distribuição dos estudantes imigrantes pelas escolas.

Índices de *concentração escolar de estudantes imigrantes no PISA 2015 nos países da OCDE****



Fonte: [PISA](https://pisa.oecd.org/) da OCDE (tratamento gráfico da equipa do OM).

Notas: *A *concentração escolar* traduz a percentagem de estudantes que seria necessário mudarem de escola para que todas as escolas tivessem a mesma percentagem de estudantes imigrantes. ** Os dados para Portugal e para a média da OCDE encontram-se representados em dois tons de cinzento (a cinza claro os dados para a concentração potencial máxima; a cinza escuro os dados para a concentração atual). No gráfico encontram-se apenas representados os países para os quais há dados disponíveis para as duas grandezas.

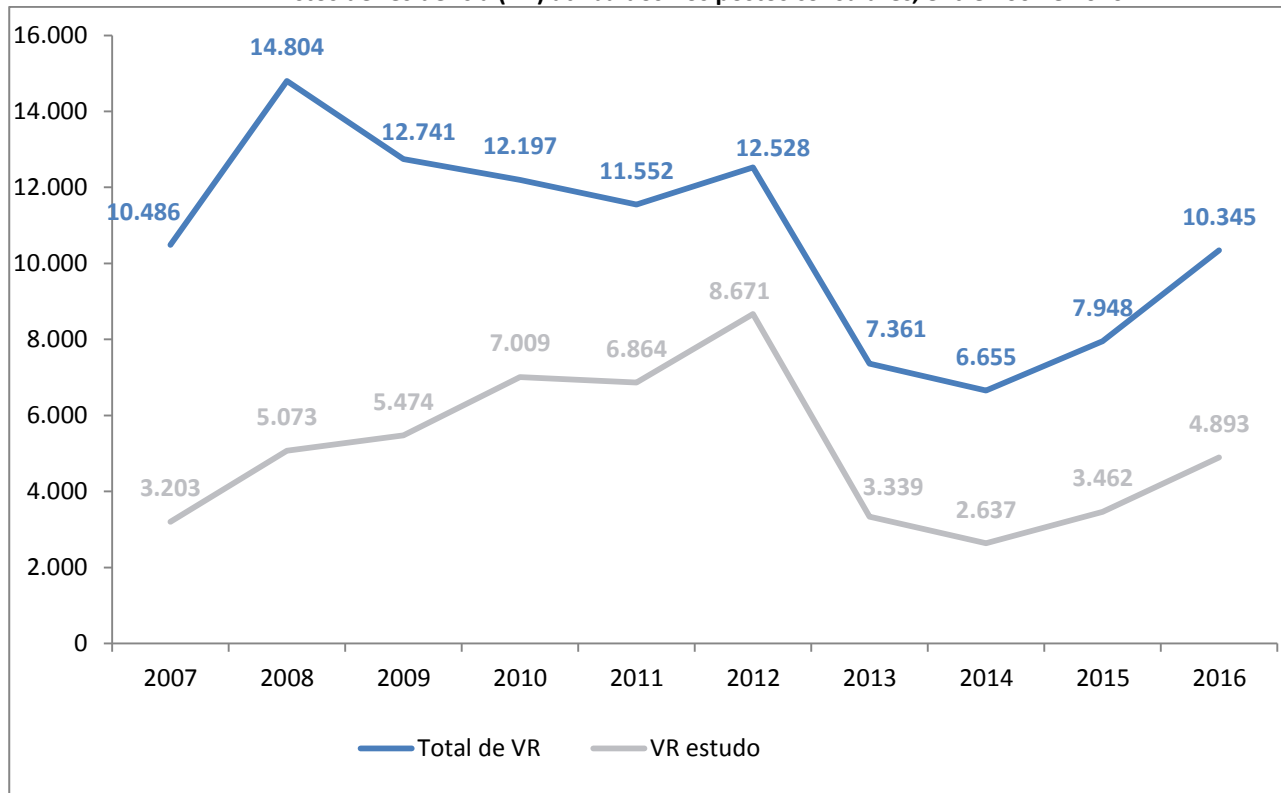
Para mais detalhes acerca destes dados consultar a [Coleção Imigração em Números](#) deste Observatório, nomeadamente o [Boletim Estatístico OM # 3](#) sobre “[Estudantes estrangeiros nos diferentes níveis de ensino](#)” (Gomes e Oliveira, 2017), e o [Relatório Estatístico Anual de 2017](#) (Oliveira e Gomes, 2017), cap. 5. Ainda relativamente a estes dados consultar também, no separador Estatísticas e Sensibilização, os [Posters Estatísticos](#).



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

Sabia que nos últimos anos têm aumentado as entradas de estrangeiros em Portugal por motivos de estudo?

Vistos de residência (VR) atribuídos nos postos consulares, entre 2007 e 2016



Fonte: Ministério dos Negócios Estrangeiros (sistematização pela Equipa do OM).

Nos últimos anos Portugal assistiu a uma alteração no perfil das entradas de estrangeiros. Nota-se que o país tem vindo a atrair ou a **reforçar novos perfis de imigração**, com o aumento da importância relativa de alguns fluxos (caso dos estudantes, de investigadores e altamente qualificados e, de forma mais ténue, de reformados) e a diminuição de outros (caso das entradas para o exercício de atividades subordinadas).

Nestes novos perfis de imigração têm-se, pois, destacado os estudantes (Oliveira e Gomes, 2014; Oliveira e Gomes, 2016). A análise da evolução dos vistos de residência (VR) para estudo - considerando de forma agregada os VR para estudo e intercâmbio de estudantes e os VR para mobilidade dos estudantes do Ensino Superior - evidencia um aumento substantivo entre o ano de 2007 e o ano de 2012. Estes vistos passaram de 3.203 em 2007 para mais do dobro em 2012 (8.671). Importa notar que o crescimento dos vistos de estudo neste período temporal ocorreu em contraciclo relativamente à evolução global do número total de vistos, que sofreu uma quebra entre 2008 e 2012 (de 14.804 em 2008 para 12.528 em 2012). Resultou, pois, um crescimento substantivo também da importância relativa das entradas de estrangeiros para estudo no total de entradas no país, que em 2012 significaram 69,2% do total de vistos de residência



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

concedidos. Entre 2012 e 2014 notou-se um decréscimo global do número de entradas de estrangeiros que é acompanhado também pelo decréscimo no número de vistos de residência para estudo. Contudo, desde 2014 até 2016 registou-se uma recuperação nas entradas de estrangeiros, quer em termos globais, quer em termos das entradas para estudo, mantendo-se os vistos de residência para efeitos de estudo a destacar-se, representando em 2016 cerca de metade (47,3%) das razões de entrada de estrangeiros em Portugal.

Para mais detalhes acerca destes dados consultar a [Coleção Imigração em Números](#) deste Observatório, nomeadamente o [Boletim Estatístico OM # 3](#) sobre “[Estudantes estrangeiros nos diferentes níveis de ensino](#)” (Gomes e Oliveira, 2017), o [Relatório Estatístico Decenal de 2014](#) (Oliveira e Gomes, 2014), cap.6, pp.127-152, bem como o [Relatório Estatístico Anual de 2016](#) (Oliveira e Gomes, 2016), cap. 3, pp. 57-76, e o [Relatório Estatístico Anual de 2017](#) (Oliveira e Gomes, 2017), cap. 5. Ainda relativamente a estes dados consultar também, no separador Estatísticas e Sensibilização, os [Posters Estatísticos](#).

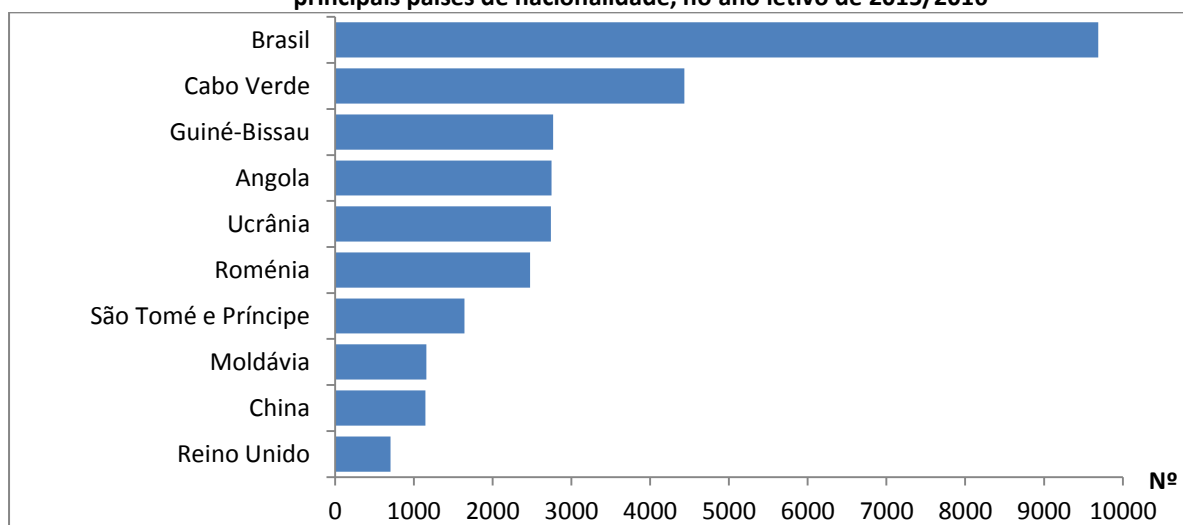


www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

Sabia que no ano letivo de 2015/2016 as escolas públicas portuguesas do ensino básico e secundário acolhiam alunos de 180 nacionalidades diferentes, destacando-se entre os estrangeiros, a nacionalidade brasileira e cabo-verdiana?

As escolas públicas do ensino básico e secundário reuniam, no ano letivo de 2015/2016, **alunos de 180 nacionalidades diferentes**, sendo que no seu conjunto os alunos de nacionalidade estrangeira correspondiam a 3,5% do total de alunos do sistema escolar português. Uma análise desagregada por **principais países de nacionalidade dos alunos estrangeiros** matriculados no Ensino Básico e Secundário revela que no ano letivo de 2015/2016 se destacavam na primeira posição os brasileiros com 26,5% dos alunos estrangeiros matriculados (o correspondente a 9.687 alunos). Na segunda e terceira posições encontravam-se os alunos cabo-verdianos (12,1% ou 4.433 alunos) e os alunos da Guiné-Bissau (7,6% ou 2768 alunos). A quarta e quinta posições eram ocupadas pelos alunos de Angola (7,5% ou 2.750 alunos) e Ucrânia (7,5% ou 2.741 alunos) e a sexta posição pertencia aos alunos romenos (6,8% ou 2.475). Destaque ainda para os alunos de São Tomé e Príncipe, da Moldávia, da China e do Reino Unido, a representarem 4,5%, 3,2%, 3,1% e 1,9%, respetivamente.

Alunos estrangeiros matriculados no Ensino Básico e Secundário em Portugal Continental, segundo os principais países de nacionalidade, no ano letivo de 2015/2016



Fonte: DGEEC-Ministério da Educação (sistematização pela equipa do OM).

Para mais detalhes acerca destes dados consultar a [Coleção Imigração em Números](#) deste Observatório, nomeadamente o [Boletim Estatístico OM # 3](#) sobre “[Estudantes estrangeiros nos diferentes níveis de ensino](#)” (Gomes e Oliveira, 2017), o [Relatório Estatístico Decenal de 2014](#) (Oliveira e Gomes, 2014), cap.6, pp.127-152, bem como o [Relatório Estatístico Anual de 2016](#) (Oliveira e Gomes, 2016), cap. 3, pp. 57-76, e o [Relatório Estatístico Anual de 2017](#) (Oliveira e Gomes, 2017), cap. 5. Ainda relativamente a estes dados consultar também, no separador Estatísticas e Sensibilização, os [Posters Estatísticos](#).

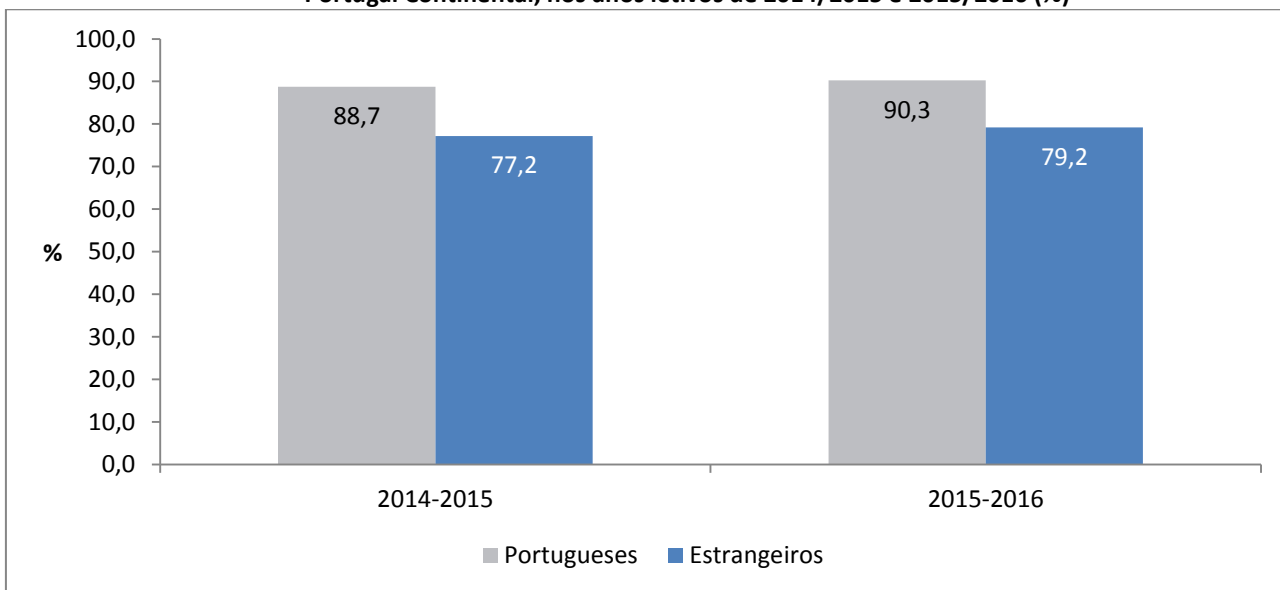


www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

Sabia que, nos últimos anos os alunos estrangeiros têm melhorado a sua performance escolar, embora mantenham níveis de sucesso escolar inferiores aos dos alunos portugueses?

Relativamente ao desempenho escolar, os dados administrativos disponíveis em Portugal mostram que os alunos de nacionalidade estrangeira do Ensino Básico e Secundário apresentam, de forma genérica, níveis de sucesso escolar inferiores aos verificados junto dos alunos de nacionalidade portuguesa, tendência que revela alguma continuidade com o observado na última década (Oliveira e Gomes, 2014: 134; Oliveira e Gomes, 2016: 62). No ano letivo de 2015/2016, a taxa de transição/conclusão dos alunos de nacionalidade estrangeira (79,2%) situava-se 11 pontos percentuais abaixo da taxa apresentada pelos alunos de nacionalidade portuguesa (90,3%). No entanto, e em termos evolutivos, importa realçar que nota-se uma melhoria nos níveis de sucesso escolar dos alunos de nacionalidade estrangeira entre anos letivos, que sobem 2 pontos percentuais na taxa de transição/conclusão. Esta tendência é transversal ao conjunto dos alunos do Ensino Básico e Secundário, notando-se simultaneamente uma melhoria do desempenho escolar entre os alunos de nacionalidade portuguesa (que sobem a taxa de transição em 1,6 pontos percentuais).

Taxa de transição/conclusão dos alunos no Ensino Básico e Secundário, segundo a nacionalidade, em Portugal Continental, nos anos letivos de 2014/2015 e 2015/2016 (%)



Fonte: DGEEC-Ministério da Educação (sistematização e cálculos da equipa do OM).

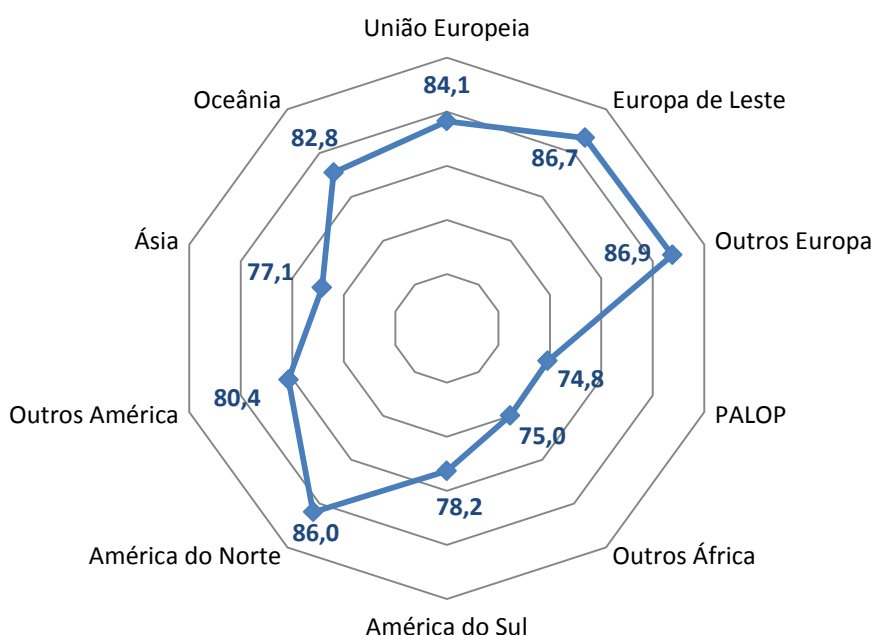
Os alunos estrangeiros não são, contudo, um todo homogéneo. No ano letivo de 2015/2016, e no que respeita ao desempenho escolar, nota-se que os alunos estrangeiros com melhores resultados escolares são provenientes do continente europeu, com desempenhos superiores aos registados pela média do total de estrangeiros. No grupo dos alunos do continente europeu, os alunos com melhores resultados são os alunos dos “outros países europeus” (maioritariamente de nacionalidade suíça) com 86,9% de taxa de transição, seguidos dos alunos da Europa de Leste (86,7% de taxa de transição) e da União Europeia (84,1% de taxa). Por contraste, os nacionais do continente africano (74,8% de taxa de transição para os alunos dos



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

PALOP e 75% para os alunos de outros países africanos) e asiático (taxa de 77,1%) apresentam resultados abaixo do verificado para a média do total de estrangeiros (79,2%). Também os alunos da América do Sul (78,2%) evidenciam desempenhos abaixo do verificado para a média do total de estrangeiros. No continente americano, destacam-se contudo os alunos da América do Norte (86%) com desempenhos escolares acima da média do total de estrangeiros.

Taxa de transição/conclusão dos alunos no Ensino Básico e Secundário, segundo os principais grupos de nacionalidade, em Portugal Continental, no ano letivo de 2015/2016 (%)



Fonte: DGEEC-Ministério da Educação (sistematização e cálculos da equipa do OM).

Para mais detalhes acerca destes dados consultar a [Coleção Imigração em Números](#) deste Observatório, nomeadamente o [Boletim Estatístico OM # 3](#) sobre “[Estudantes estrangeiros nos diferentes níveis de ensino](#)” (Gomes e Oliveira, 2017), o [Relatório Estatístico Decenal de 2014](#) (Oliveira e Gomes, 2014), cap.6, pp.127-152, bem como o [Relatório Estatístico Anual de 2016](#) (Oliveira e Gomes, 2016), cap. 3, pp. 57-76, e o [Relatório Estatístico Anual de 2017](#) (Oliveira e Gomes, 2017), cap. 5. Ainda relativamente a estes dados consultar também, no separador Estatísticas e Sensibilização, os [Posters Estatísticos](#).

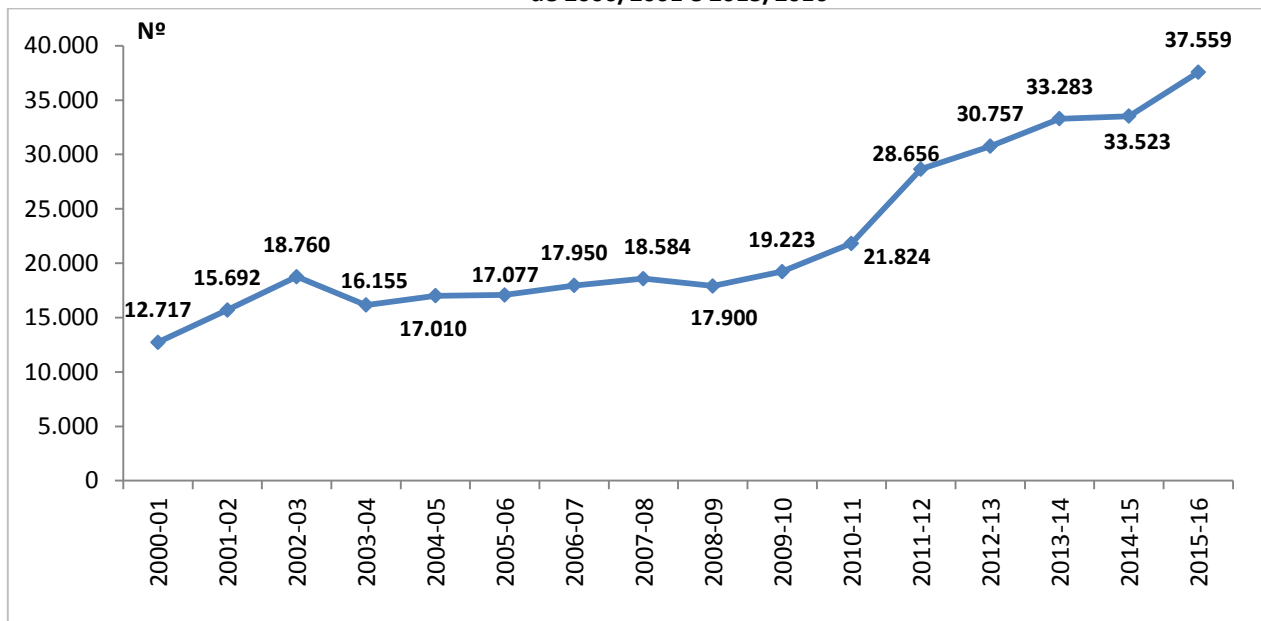


www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

Sabia que na última década aumentou substancialmente o número de estudantes estrangeiros no ensino superior português?

Nos últimos anos verifica-se um crescimento notável do número de alunos estrangeiros no ensino superior português. No ano letivo de 2015/2016, os alunos estrangeiros correspondiam a 37.559 inscritos, registando um crescimento de 12% face ao ano letivo anterior. Desde o início desta década (ano letivo 2010/2011) os alunos estrangeiros inscritos no ensino superior português apresentaram uma taxa de variação de +72,1%. Este crescimento em valores absolutos teve também impacto na importância relativa destes alunos no total de alunos do ensino superior português, passando os estudantes estrangeiros a representar 10,5% do total de inscritos no ensino superior em 2015/2016 (mais 7,2 pontos percentuais face ao ano letivo de 2000/2001, quando os estudantes estrangeiros representavam apenas 3,3% do total de inscritos no ensino superior).

Evolução do número de alunos estrangeiros inscritos no Ensino Superior em Portugal, entre os anos letivos de 2000/2001 e 2015/2016



Fonte: Inquérito aos Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior, DGEEC/MEC (Sistematização pela Equipa do OM).

O grau do ensino superior que regista maior número de alunos estrangeiros é o **grau de licenciatura**. No ano letivo de 2015/2016 os alunos estrangeiros a frequentar licenciaturas perfaziam 18.520, traduzindo 49,3% do total de estudantes estrangeiros inscritos no ensino superior. A estes seguiam-se os alunos estrangeiros de mestrado (35%) e de doutoramento (15,1%).

Relativamente à **distribuição pelo país** dos estudantes estrangeiros inscritos no ensino superior, e mantendo a tendência de anos anteriores, constata-se que as principais regiões de destino dos estudantes



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

estrangeiros são as regiões de Lisboa, Norte e Centro (NUTII), refletindo também as zonas de maior concentração de estabelecimentos de Ensino Superior em Portugal. No ano letivo de 2015/2016 a região de Lisboa concentrava 45,9% dos alunos estrangeiros, seguindo-se a região Norte com 27,4% e a região Centro com 19,7%. As restantes regiões do país (Alentejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira) detêm apenas 7,1% do total de estudantes estrangeiros inscritos no ensino superior em Portugal, refletindo também a fraca densidade de universidades nessas regiões.

A **distribuição por sexo dos alunos estrangeiros** inscritos em estabelecimentos de ensino superior mostra uma prevalência dos alunos estrangeiros do sexo feminino: 55,0% no ano letivo de 2015/2016. Também mantendo a tendência de anos anteriores, **as áreas de educação e formação** que nos anos letivos em análise reuniram maior número de alunos estrangeiros foram essencialmente três: “Ciências Sociais, Comércio e Direito” (39,3% em 2015/2016), “Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção” (17,3%) e “Artes e Humanidades” (13,1% no ano letivo de 2015/2016). Assim, cerca de 70% dos alunos de nacionalidade estrangeira concentravam-se nestas três áreas.

No que toca às **nacionalidades** do universo de alunos estrangeiros inscritos no ensino superior, observa-se que cerca de metade dos alunos são nacionais dos países da CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa) – 49,9% no ano letivo de 2015/2016, mantendo deste modo a tendência de anos anteriores, muito embora a importância relativa destes nacionais tenha vindo a diminuir ao longo dos últimos anos. Os alunos da União Europeia correspondem ao segundo grupo mais numeroso, representando 34,9% no ano letivo de 2015/2016. Uma vez mais, a distribuição por sexo dos alunos estrangeiros mostra que os alunos do sexo feminino são os mais numerosos na grande maioria dos grupos de países, com exceção dos alunos africanos e asiáticos onde o sexo masculino é predominante.

Considerando o ano letivo de 2015/2016, e analisando os **países de nacionalidade mais significativos**, conclui-se que os principais países de origem dos alunos estrangeiros do ensino superior são, por ordem decrescente, o Brasil (com 10.099 alunos, correspondendo a 26,9% do total de alunos estrangeiros do ensino superior e com uma taxa de variação face ao início da década de +44,5%), Angola (3.697 alunos, representando 9,8%, e com um crescimento face ao início da década de +6,5%), Espanha (3.206 alunos, equivalendo a 8,5%, e com um crescimento face ao ano letivo de 2010/2011 de +19,2%), Cabo Verde (2.578 alunos, traduzindo 6,9%, mas refletindo uma diminuição face ao início da década de -19,8%) e Itália (2.208 alunos correspondendo a 5,9%, com uma variação de +80,1%). Face ao início da década, há a registar a evolução negativa dos alunos de nacionalidade cabo-verdiana que perdem a terceira posição no ranking para os alunos de nacionalidade espanhola.



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

Alunos estrangeiros inscritos no Ensino Superior em Portugal, segundo os países de nacionalidade mais significativos, no ano letivo de 2015/2016

Principais países	N	%
África		
Angola	3.697	9,8
Cabo Verde	2.578	6,9
Moçambique	779	2,1
São Tomé e Príncipe	775	2,1
Guiné-Bissau	521	1,4
América		
Brasil	10.099	26,9
Estados Unidos	172	0,5
Ásia		
China	949	2,5
Turquia	568	1,5
Índia	286	0,8
Irão	275	0,7
Timor-Leste	260	0,7
Europa		
Espanha	3.206	8,5
Itália	2.208	5,9
Alemanha	1.422	3,8
Polónia	1.311	3,5
França	930	2,5
Ucrânia	496	1,3
Roménia	489	1,3
Holanda	453	1,2
República Checa	400	1,1
Bélgica	379	1,0
Lituânia	282	0,8
Rússia	186	0,5
Moldávia	143	0,4
Total	37.559	100

Fonte: Inquérito aos Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior, DGEEC/MEC (Sistematização do OM).

Para mais detalhes acerca destes dados consultar a [Coleção Imigração em Números](#) deste Observatório, nomeadamente o [Boletim Estatístico OM # 3](#) sobre “[Estudantes estrangeiros nos diferentes níveis de ensino](#)” (Gomes e Oliveira, 2017), o [Relatório Estatístico Decenal de 2014](#) (Oliveira e Gomes, 2014), cap.6, pp.127-152, bem como o [Relatório Estatístico Anual de 2016](#) (Oliveira e Gomes, 2016), cap. 3, pp. 57-76, e o [Relatório Estatístico Anual de 2017](#) (Oliveira e Gomes, 2017), cap. 5. Ainda relativamente a estes dados consultar também, no separador Estatísticas e Sensibilização, os [Posters Estatísticos](#).